execução de penas judiciais ou medidas alternativas de prestação pecuniária. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora e registrado o voto contrário dos Deputados Marcos Zerbini, Gilmaci Santos, Ricardo Mellão e Edson Giriboni. Item 51 - Projeto de lei nº 233/2020, de autoria da Deputada Márcia Lia, que Autoriza o Poder Executivo a conceder benefício e/ou incentivo fiscal ou tarifário aos hipermercados, supermercados ou congêneres que possuam contratação específica para serviços de empacotamento ou acondicionamento em embalagens nos caixas de atendimento. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Frederico d'Ávila. Item 52 - Projeto de lei nº 368/2020, de autoria do Deputado Bruno Ganem e outros, que Proíbe a distribuição de animais como brindes no Estado. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável ao projeto e à emendas nº 1. Concedida vista a Deputada Marta Costa. Item 53 - Projeto de lei nº 411/2020, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, que Garante aos professores readaptados, em processo de readaptação e em licença médica prolongada a cobertura de direitos sob as rubricas de "doença do trabalho / profissional / ocupacional" e "acidente de trabalho". Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Marcos Zerbini. Item 54 - Projeto de lei nº 421/2020, de autoria do Deputado Campos Machado, que Institui o Programa de ICMS Personalizado e altera o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovada como parecer o voto da relatora e registrado o voto contrário dos Deputados Marcos Zerbini e Gilmaci Santos. Item 55 - Projeto de lei nº 467/2020, de autoria do Deputado Bruno Ganem, que Obriga a Administração Pública Estadual direta e indireta a tomar medidas de transparência ativa e divulgação de informações nos sítios eletrônicos sobre os itens que especifica. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora e registrado o voto contrário do Deputado Gilmaci Santos. Item 56 - Projeto de lei nº 468/2020, de autoria do Deputado Bruno Ganem e outros, que Institui a Política Estadual de Promoção da Transparência. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável ao projeto e à emenda nº 1. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 57 - Projeto de lei nº 469/2020, de autoria do Deputado Bruno Ganem, que Torna obrigatória a divulgação dos relatórios de vistorias técnicas de competência do Estado realizadas em viadutos, pontes, túneis e passarelas. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 58 - Projeto de lei nº 470/2020, de autoria do Deputado Bruno Ganem, que Proíbe o uso de abraçadeiras de "nylon" na realização de procedimentos cirúrgicos em animais no Estado. Foi relator o Deputado Emidio de Souza com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 59 - Projeto de lei nº 478/2020, de autoria do Deputado Bruno Ganem, que Torna obrigatória a divulgação do custeio de viagens de agentes políticos, servidores ou colaboradores públicos da Administração Pública Estadual direta e indireta. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 60 - Projeto de lei nº 510/2020, de autoria do Deputado Ed Thomas, que Proíbe a entrada de criança menor de 12 anos desacompanhada em elevadores de prédios públicos ou residenciais. Foi relator o Deputado Wellington Moura com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 61 - Projeto de lei nº 530/2020, de autoria do Deputado Gil Diniz, que Estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os servidores do quadro da Secretaria da Educação do Estado. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 62 - Projeto de lei nº 533/2020, de autoria do Deputado Gil Diniz, que Regulamenta o uso de equipamentos de proteção individual e instrumentos de menor potencial ofensivo pelo Agente Socioeducativo no Estado. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 63 - Projeto de lei nº 562/2020, de autoria do Deputado Delegado Bruno Lima, que Institui o Dispositivo de Identificação Policial em Abordagem - DIPA, no âmbito da Segurança Pública do Estado. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Marcos Zerbini. Item 64 - Projeto de lei nº 571/2020, de autoria do Deputado Ricardo Madalena, que Transforma o Hospital das Clínicas de Bauru - HCB em autarquia. Foi relator o Deputado Marcos Zerbini com voto favorável ao projeto com emenda. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 65 - Projeto de lei nº 586/2020, de autoria do Deputado Frederico d'Ávila, que Denomina "Israel Sverner" a rodovia de acesso localizada no km 262 da Rodovia Francisco Alves Negrão - SP 258, em Taquarival. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 66 - Projeto de lei nº 673/2020, de autoria do Deputado Castello Branco, que Institui o Plano de Atenção Educacional Especializado - PAE para os alunos diagnosticados com transtornos específicos de aprendizagem (dislexia, disgrafia e discalculia) nas instituições de ensino públicas e particulares. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 67 - Projeto de lei nº 703/2020, de autoria do Deputado Tenente Coimbra e outros, que Veda a utilização da denominada "linguagem neutra" por instituições de ensino da rede pública e privada e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos em currículos escolares e editais, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 68 - Projeto de lei nº 721/2020, de autoria do Deputado Altair Moraes, que Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 69 - Projeto de lei nº 53/2021, de autoria do Deputado Marcio da Farmácia, que Proíbe a denominação de vias e logradouros com nome de pessoa que tenha cometido crime contra a humanidade ou contra a administração pública estadual direta e indireta. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. O Deputado Frederico d'Ávila apresentou voto em separado, favorável ao projeto na forma do substitutivo. Concedida vista ao Deputado Gilmaci Santos. Item 70 - Projeto de lei nº 97/2021, de autoria da Deputada Erica Malunguinho, que Garante o direito ao uso do nome social nas certidões de óbito e nas lápides de pessoas travestis, mulheres transexuais, homens transexuais e demais pessoas trans. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Frederico d'Ávila. Item 71 - Projeto de lei nº 113/2021, de autoria do Deputado Ricardo Mellão, que Institui a Política Estadual de Transparência em Obras Públicas - PETOP. Foi relator o Deputado Marcos Zerbini com voto contrário. O Deputado Paulo Fiorilo apresentou voto em separado, favorável ao projeto com emenda. Concedida vista ao Deputado Marcos Zerbini. Item 72 - Projeto de lei nº 130/2021, de autoria da Deputada Erica Malunguinho e outros, que Institui o Programa Estadual de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Frederico d'Ávila. Item 73 - Projeto de lei nº 217/2021, de autoria do Deputado Adalberto Freitas, que Regulamenta a cobrança pela utilização dos serviços de estacionamento em supermercados, hipermercados, centros comerciais e "shopping centers". Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Frederico d'Ávila. Item 74 - Projeto de lei nº

307/2021, de autoria do Deputado Gil Diniz, que Institui o "Dia da Abolição da Escravidão", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado. O Deputado Paulo Fiorilo solicitou a retirada de seu voto como relator. Documento não deliberado. Item 75 - Projeto de lei nº 497/2021, de autoria da Deputada Leci Brandão, que Denomina "São Bento Hip Hop" a atual estação São Bento da Linha 1 - Azul do Metrô. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável ao projeto e contrário ao substitutivo nº 1. Aprovado como parecer o voto do relator e registrado o voto contrário dos Deputados Marcos Zerbini, Gilmaci Santos e Ricardo Mellão. Item 76 - Projeto de lei nº 660/2021, de autoria do Deputado Campos Machado, que Cria o Programa Alquimia, com o objetivo de destinar os aparelhos celulares smartphones apreendidos em presídios do Estado aos estudantes de baixa renda das escolas públicas. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável aos pl 660/2021 e pl 670/2021. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 77 - Projeto de lei nº 750/2021, de autoria do Deputado Rafa Zimbaldi, que Institui o "Dia Estadual da Renovação Carismática Católica - RCC". Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável. O Deputado Paulo Fiorilo solicitou a retirada de seu voto como relator. Documento não deliberado. Item 78 - Projeto de lei nº 829/2021, de autoria do Deputado Bruno Ganem, que Institui o "Dia Estadual do Pet". Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 79 - Projeto de lei nº 839/2021, de autoria do Deputado Enio Tatto, que Institui o "Dia do(a) Influenciador(a) Digital". Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Frederico d'Ávila. Item 80 - Projeto de decreto legislativo nº 48/2020, de autoria da Deputada Valeria Bolsonaro e outros, que Susta o Decreto nº 65.337, de 07 de dezembro de 2020, que altera o Decreto nº 59.953, de 13 de dezembro de 2013, que regulamenta a imunidade, isenção, dispensa de pagamento, restituição e redução de alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator e registrado o voto contrário dos Deputados Marcos Zerbini e Gilmaci Santos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pela Divisão de Painel e Audiofonia e cuja ata eu, João Victor Barison de Oliveira, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 25/05/2022.

Deputado Mauro Bragato
Presidente
João Victor Barison de Oliveira
Secretário

Debates

24 DE JUNHO DE 2022 63ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: JANAINA PASCHOAL e FREDERICO D'AVILA</p>
--

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - FREDERICO D'AVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - FREDERICO D'AVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - FREDERICO D'AVILA
Para comunicação, faz pronunciamento.
8 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Endossa o pronunciamento do deputado Gil Diniz. Manifesta solidariedade ao parlamentar. Discorre sobre a legislação a respeito do aborto, no Brasil.
10 - FREDERICO D'AVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - FREDERICO D'AVILA
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
14 - FREDERICO D'AVILA
Assume a Presidência.
GRANDE EXPEDIENTE
15 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - GIL DINIZ
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE FREDERICO D'AVILA
Anota o pedido. Endossa o discurso da deputada Janaina Paschoal.
18 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
19 - PRESIDENTE FREDERICO D'AVILA
Defere o pedido do deputado Gil Diniz. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 27/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.
Imediatamente, dou por aberto o Pequeno Expediente, chamando a lista dos oradores inscritos. Chamo à tribuna o nobre deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, eu quero, primeiramente, manifestar a minha crítica e a minha contrariedade ao editorial publicado hoje pela "Folha de S. Paulo", apoiando o editorial, se posicionando a favor de um projeto de lei que está tramitando na Câmara Municipal de São Paulo, PL 573, de 2021.
É de uma vereadora do Partido Novo, que privatiza, terceiriza a gestão escolar, abrindo espaço, inclusive, para a contratação de professores sem concurso público, ou seja, fora da rede pública de ensino.

Essa gestão, que será feita por uma organização social de caráter privado, vai receber recursos públicos da Educação, do maior orçamento da Prefeitura de São Paulo, comprometendo inclusive...

Já há denúncias e há o debate em torno do comprometimento do recebimento das verbas do Fundeb, porque o Fundeb não pode financiar nenhum tipo de instituição privada.

A partir do momento que o dinheiro é transferido para uma organização social de caráter privado, para o terceiro setor, então nós temos aí parece que um sério risco de comprometer o recebimento das verbas do Fundeb, tão importante para o financiamento da educação básica no Brasil. Olha só a gravidade da situação.

Mas não é só isso. Esse projeto de lei também autoriza, por exemplo, que essa gestão privada dessa organização elabore o currículo e o projeto pedagógico da escola. Ou seja, atropelando, desrespeitando a gestão democrática da escola pública, que é um princípio consagrado na Constituição Federal, na LDB, na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

Então, quero discordar veementemente desse editorial da “Folha de S. Paulo”, que dá apoio a esse tipo de projeto privatizante que terceiriza a educação e caminha na mesma direção...

Esse projeto fortalece ainda mais, sobretudo o que nós já conhecemos na cidade de São Paulo e em várias outras regiões do Estado e de todo o Brasil, as famosas máfias das creches.

Aqui em São Paulo, há uma investigação da Polícia Civil, do Ministério Público e até mesmo a Polícia Federal investiga a máfia das creches em São Paulo, porque são mais de duas mil creches conveniadas recebendo quase quatro bilhões de reais. Tem um interesse econômico pesado.

Quatro bilhões de reais é um orçamento significativo que é canalizado, que é entregue para esses convênios, para essas organizações, sendo que a rede direta tem apenas 300 creches.

O que deveria ser uma exceção, que é o convênio, virou regra geral. Duas mil escolas conveniadas, quatro bilhões de reais, e do outro lado apenas 300 creches da rede direta, olha só.

Agora, que isso é já grave, que isso favorece, tem favorecido na cidade de São Paulo a máfia das creches, que todo mundo acompanhou pela grande imprensa essas denúncias, que apareceram com muita força sobretudo na última eleição municipal. Enfim. E querem agora transferir esse tipo de problema para o ensino fundamental e médio para a cidade de São Paulo.

Então quero aqui discordar do editorial, criticar veementemente, como já fiz aqui na tribuna, o Projeto de lei nº 573, que acho que é da vereadora do Partido Novo, Cris Monteiro, e nós estamos em luta. Já foi apresentado um parecer contrário na Comissão de Educação. O parecer contrário é do vereador Celso Giannazi - inclusive o meu irmão -, que apresentou o parecer contrário na Comissão de Educação.

E nós estamos lá com a nossa bancada de oposição fazendo a obstrução para que esse projeto não seja votado, porque, na nossa visão, ele é inconstitucional, ele afronta o direito à educação, afronta sobretudo o princípio constitucional da gestão democrática da escola pública.

É um projeto que representa uma excrecência do ponto de vista da educação pública. Ele vai na contramão do que nós defendemos, do que defende o Plano Nacional de Educação.

Era isso.
Muito obrigado, Sra. Presidente.
A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. E aqui agou com a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente chamando à tribuna o nobre deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Janaina Paschoal na Presidência, não farei uso da palavra. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.)

Termino a lista principal dos oradores inscritos no Pequeno Expediente e abro a lista suplementar, chamando à tribuna o deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Frederico d'Ávila. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. FREDERICO D'AVILA - PL - Sra. Presidente deputada Janaina Paschoal, prezados colegas.

Venho hoje, nesta tribuna, dizer que, no dia de ontem, estivemos na cidade de Capivari, com o pré-candidato, Tarcísio Gomes de Freitas, deputado Mecca, e deputada Valeria Bolsonaro, que foi nossa anfitriã na região. E, não diferente dos outros eventos, foi um verdadeiro sucesso, muita gente.

Começamos a agenda na parte da manhã. Depois visitamos indústrias, empresários. Estivemos também na Guarda Municipal de Capivari, que tem um projeto de combate às drogas nas escolas, muito interessante. Inclusive, com o uso de cães. E terminamos a agenda numa grande reunião na cidade de Capivari, ontem.

Então a nossa pré-campanha, com o ministro Tarcísio, está indo de vento em popa. Já apontou em segundo lugar nas pesquisas. Se Deus quiser, ao que tudo indica, teremos uma vitória alvissareira no primeiro turno das eleições, se Deus quiser.

Mas, o que eu venho hoje dizer, diz respeito ao meu setor. Nesta semana, nós tivemos a notícia de que a presidente da Sociedade Rural Brasileira, entidade à qual pertenci por mais de 20 anos, e da qual me desfilei no ano de 2020, a presidente participou de um jantar - pasmem! - de poucas pessoas e muitos banqueiros. Porque banqueiro gosta muito de juro alto e câmbio apreciado, como era na época do presidente Lula e da presidente Dilma.

Mas aí, a presidente da Sociedade Rural Brasileira foi, sem consultar o Conselho daquela entidade. Foi um verdadeiro massacre nas redes sociais, grupos ligados ao setor produtivo, ao agro, ter uma pessoa representando uma entidade centenária como a Sociedade Rural Brasileira, participar de um convescote, de um rega-bofe, junto de um candidato que tem o apoio do MST, do Guilherme Boulos, do MTST! Aí foi um verdadeiro escarcéu. Aí soltaram uma nota.

“A Sociedade Rural Brasileira vem a público declarar que esta instituição não apoia nenhum candidato ou partido político. Portanto, é uma inverdade a notícia publicada nesta quinta-feira, dia 23 de junho, de que a entidade apoia o candidato de oposição.”

A senhora, que é uma jurista, e a interpretação de texto é uma matéria muito importante na leitura de todo conteúdo jurídico. Olha só o paradoxo.

“A Sociedade Rural Brasileira vem a público declarar que esta instituição não apoia nenhum candidato ou partido político. Portanto, é uma inverdade a notícia publicada nesta quinta-feira, dia 23 de junho, de que a entidade apoia o candidato de oposição.”

Se ela está dizendo que tem um candidato de oposição, tem outro. Agora, quem é o de oposição? Eu não sei. Pelo jeito, é o presidente Jair Bolsonaro. Porque, se ela está dizendo que foi jantar com o Lula, e aí diz que o candidato é de oposição, e diz que a entidade não é política, e diz que tem um candidato de oposição! Aí continua.

“Há 103 anos, a Sociedade Rural Brasileira vem liderando importantes pautas, influenciando decisões em diferentes autarquias públicas, por meio de diálogo, mesmo com interlocutores contrários à nossa bandeira.”

É inacreditável que alguém homologou esse tipo de texto. Deve ter sido feito por algum estagiário. Não tem a menor concatenação de ideias lógicas nesse texto aqui. A versão da notícia é diferente dos fatos.

“Neste encontro, defendemos o nosso Código Florestal, o marco temporal das terras indígenas, o direito de propriedade e o livre comércio.”

Bom, era só o que faltava - defender algo diferente disso, né. Reivindicações que estão em documento que está sendo entregue pela Sociedade Rural Brasileira a todos os candidatos. Ótimo.

Pelo menos é isso que nós esperávamos, né. É que nem se nós por acaso vissemos o professor Giannazi fazer um documento contra os professores. Então, a gente não esperava nada diferente disso.

“Reforçamos, ainda, que esta gestão apoia as decisões do governo federal em relação a pautas do agronegócio, como o Código Florestal, implantação do CAR e regularização fundiária.

A presidente da Sociedade Rural Brasileira esteve, inclusive, junto ao presidente da República na entrega de títulos em Marabá”. Bom, até aí, estar junto do presidente na entrega de títulos... O que tem a ver? A gente espera que esteja mesmo; a gente espera que uma entidade ligada ao setor produtivo esteja mesmo numa entrega de títulos.

“E a missão comercial da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.” Ok. “O governo do presidente Jair Bolsonaro deu segurança jurídica aos produtores rurais, e reconhecemos a sua contribuição para o agronegócio.” Bom, não tenho dúvida.

Eu não conheço, deputado Gil Diniz, nenhum produtor rural - eu quero que se apresente - que não vota no presidente Bolsonaro. A não ser aqueles que não são produtores rurais, aqueles que são produtores rurais de fantasia. Ou aqueles outros, que nós sabemos, de outros estados aí, que ganharam muito dinheiro na época do PT, não por serem produtores rurais, mas por outros motivos.

Por fim, “a Sociedade Rural Brasileira, uma entidade de política institucional...”. No começo, ela disse que não apoia partido político nem um candidato. Aí no último parágrafo ela diz que é uma entidade política institucional, “que tem escrito a história do agronegócio. Nosso partido é o agro, e vamos continuar exercendo esse diálogo em defesa do produtor rural.”

Bom, é totalmente antagônico, não dá para entender o que quiseram dizer com isso aqui. Foi uma vergonha a presidente da Sociedade Rural Brasileira participar de um convescote, de um rega-bofe, de um jantar com o ex-presidente Lula, que defende o MST, tem o apoio do MST, do MTST e de todos aqueles que praticam o esbulho possessório, invasão de terras e depredação.

Portanto, Sra. Presidente, eu mais uma vez reitero aqui que está ficando pior: uma entidade como a SRB, que teve Flávio Telles de Menezes como presidente...Aqui quero já cumprimentar e dizer que o tenho em alta conta.

E tantos outros grandes nomes, como o falecido Luiz Hafers, João Sampaio, Cesário Ramalho. Ter, agora, que emitir uma nota que piorou ainda mais a situação, que já era horrível. Então, fica aqui o meu repúdio total a sentar à mesa com qualquer tipo de entidade ou movimento terrorista.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos de forma suplementar, chamo à tribuna o nobre deputado Gil Diniz, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, deputada Janaina Paschoal, que preside os nossos trabalhos no Pequeno Expediente. Boa tarde aos deputados presentes aqui, deputado Carlos Giannazi, deputado Frederico d'Ávila. Boa tarde a todos os assessores, a nossos policiais militares e civis, ao público aqui na galeria e a quem nos assiste pela Rede Alesp.

Presidente, hoje confesso uma certa dificuldade de subir aqui à tribuna para tratar desse assunto, assunto que está repercutindo nacionalmente: a questão do aborto, principalmente esse último caso, deputado Frederico d'Ávila, de repercussão nacional e internacional, em Santa Catarina. Nos venderam, deputada Janaina Paschoal, um crime de estupro de uma criança e tudo mais.

E acharam absurdas as posições da magistrada, que fazia algumas questões, deputado Frederico d'Ávila, àquela criança de 11 anos que estava gestante. E em nenhum momento a reportagem do “Intercept”, deputada Janaina Paschoal, falava quem era o algoz, quem era o criminoso que tinha violentado aquela criança, principalmente porque esse caso estava em segredo de Justiça.

E foram vazadas partes desse processo, a meu entender, no entender de muitos, propositadamente, para causar uma comoção pública, para que o desfecho desse caso fosse o assassinato brutal e cruel do algoz? Não. Do estuprador, do abusador, como eles venderam? Não, mas daquela vida em formação, que já tinha cerca de sete meses, deputada Janaina Paschoal.

E agora chegam algumas informações de que, na verdade, não se tratou de violência sexual, um estupro em si. Vários contatos lá em Santa Catarina estão me reportando, deputado Frederico d'Ávila, que se tratava de um menino de 13 anos, na época com 12, que é filho do padrasto da menina. Viviam sob o mesmo teto. Não foi um estupro, por mais que a nossa legislação fale, vers sobre isso.

E a minha indignação é justamente porque todos ali são vítimas, deputada Janaina Paschoal. Essa criança de 13 anos, essa menino; essa menina, coitada, olha a vida dela, devastada, deputado Carlos Giannazi, com esse processo.

E a única solução que encontramos neste momento de comoção, mas sobretudo de dor e sofrimento para essa criança, foi o assassinato cruel e brutal, repito, do nascituro, desse ser humano em formação ali no ventre dessa pobre menina, dessa pequena menina, que disse, deputada Janaina, à juíza, que já sentia o feto chutar, que conseguiria permanecer ali com aquela gestação por mais uma, duas, três semanas que fossem.

E a minha dor aqui é porque ontem assassinaram esse nascituro, assassinaram essa vida, deputado Frederico d'Ávila, sem remorso nenhum por parte dessas pessoas. Tem uma nota do MPF, tem grupos abortistas demoníacos.

As posições, deputada Janaina Paschoal, a maneira que abordam uma situação como essa. Repito aqui: todos ali, todas essas crianças ali, são vítimas, mas uma dessas vidas foi ceifada ontem.

Queria me estender aqui no tempo um pouco mais, deputada Janaina Paschoal, para passar um vídeo aqui para mostrar - é chocante o vídeo - para você, que nos acompanha de casa, como que funciona um aborto nesse caso, nessa questão. Lembrando: um aborto em uma criança de 11 anos, que poderia ali, de alguma maneira - a medicina está avançadíssima - ter tido essa outra vida.

Eu gostaria de que colocassem aqui esse vídeo, por gentileza, só para demonstrar como que foi feito o procedimento do aborto.

* * *
- É exibido o vídeo.
* * *

É de uma violência tremenda contra essa menina, contra esse ser humano em formação ali, agora assassinado.

Então, o meu repúdio aqui a esses que defendem e promovem essa cultura de morte. Esse sim é um genocídio silencioso que está acontecendo neste momento no nosso País. Mas eu retorno, respeitando aqui os próximos oradores, eu retorno aqui à tribuna para continuar tratando sobre esse tema tão delicado aqui para São Paulo e para todo o Brasil.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Eu sigo aqui com a lista dos oradores inscritos chamando à tribuna o Sr. Deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.